

## **EDUCAÇÃO CRÍTICA E PRÉ-VESTIBULAR: A DISCUSSÃO SOBRE EDUCAÇÃO BANCÁRIA E EDUCAÇÃO DIALÓGICA E O VESTIBULAR COMO INSTRUMENTO DE REPRODUÇÃO DA EXCLUSÃO**

**Renan de Abreu Cruz Arruda<sup>1</sup>**

**Resumo:** Esse trabalho faz parte do projeto de extensão “Pré-vestibular Dr. Luiz Gama” e tem como objetivo a discussão sobre a educação bancária e dialógica no âmbito do pré-vestibular. Na introdução, abordaremos sobre o surgimento do vestibular no Brasil e como passou a ser um projeto de exclusão. No desenvolvimento, é trabalhado o significado de escola e ensino para a sociedade e como a educação bancária apresenta-se como instrumento de opressão. No resultado com discussão, trabalhamos a educação dialógica conforme Paulo Freire, e nas considerações finais, a forma como o pré-vestibular Dr. Luiz Gama vai ao encontro da ideia de educação dialógica no processo de conhecimento entre o educador e o educando.

**Palavras-chave:** Pré-vestibular Dr. Luiz Gama; Educação Bancária; Educação Dialógica; Paulo Freire.

### **Introdução**

O vestibular surge no Brasil, de forma obrigatória, em 1910, levando as instituições educacionais a realizarem provas admissionais para a entrada no ensino superior. Com o passar dos anos, e o aumento na busca pelas universidades, ocorreu a criação da lei número 5.540 (BRASIL, 1968), que implementou um sistema classificatório para tentar resolver esse impasse. O ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio), por sua vez, é criado em 1998, utilizado inicialmente para avaliar o ensino do país durante mais de dez anos este exame foi usado única e exclusivamente para avaliar as habilidades e competências de concluintes do Ensino Médio.

Os exames de seleção, os concursos vestibulares ao ensino superior, eram formulados por equipes locais país a fora e formatos diferentes ocorriam nas diversas universidades. A partir de 2009 medidas governamentais estimularam o uso do ENEM não apenas como um processo de avaliação do Ensino Médio, mas como forma de acesso ao ensino superior no Brasil. O

---

<sup>1</sup> Formação (licenciado/ graduando) em Geografia pela Universidade Castelo Branco - UCB/ em Ciência Ambiental pela Universidade Federal Fluminense - UFF, prof. de Geografia no Pré-Vestibular Social Dr. Luiz Gama e membro do Coletivo Direito Popular – E-mail: [renancruz@id.uff.br](mailto:renancruz@id.uff.br)

Sistema de Seleção Unificada (Sisu) passou a operar em larga escala no processo de alocação dos candidatos às vagas.

No entanto, o que era para ser um processo de inclusão em instituições de ensino superior passa a ser um projeto de exclusão, uma vez que se baseia em uma prova que avalia o treinamento dos estudantes para a sua realização e não testa o real conhecimento dos alunos. Inicialmente no processo de mobilidade acadêmica nacional que é a ideia principal do Sisu em seu discurso oficial, a adoção do ENEM/Sisu contribuiu para a democratização das oportunidades de acesso às vagas oferecidas por Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), favorecendo de fato a mobilidade acadêmica e induzindo a reestruturação dos currículos do Ensino Médio. Ainda assim o sistema só passou a ter maior participação de indivíduos de classes sociais mais baixas a partir de 2012 com a ampliação dos perfis com direito à gratuidade, segundo INEP:

Estreou mais um critério de isenção da taxa de inscrição do Enem. Integrantes de família de baixa renda com Número de Identificação Social (NIS), com renda de até meio salário mínimo por pessoa ou renda familiar mensal de até três salários mínimos, passaram a ter isenção da taxa de inscrição em função do Decreto 6135/2007. Os isentos somaram 70% do total de 5.791.066 inscritos. A aplicação em 1.619 municípios ocorreu em 3 e 4 de novembro.

Assim a democratização do Enem começou a acontecer de fato a partir de 2012 como a possibilidade de inserção da cidadãos que antes eram colocados à parte desse sistema por não ter condições de pagar a taxa de inscrição por exemplo. E os mecanismos de exclusão não ficam restritos a fatores econômicos, por exemplo, ainda hoje parte majoritária da mobilidade dos estudantes entre os estados é representada por estados “mais ricos”, enviando alunos para universidades de outros estados, e esse fato apresenta dois desdobramentos, os estudantes que costumam fazer essa mobilidade, em sua grande maioria tem condições financeiras elevadas e acabam ocupando vagas em estados que já tem um grande número de indivíduos no processo de vestibular.

Esse processo escancara outro problema, o nosso sistema educacional, o Enem e o vestibular (para algumas universidades), são sistemas de seleção já que não há vagas para todos os indivíduos que prestam os exames, logo, o acesso à universidade está baseado em uma prova que não exprime a real situação da diversidade dos saberes aprendidos em todas as regiões do



país, onde a formação do indivíduo em um cidadão crítico perde espaço para a formação de um cidadão moldado para responder a esses sistemas de seleção.

A partir disso, estamos trazendo uma discussão com a percepção do Pré-Vestibular Social Dr. Luiz Gama: a forma que o modelo atual se reflete em um projeto de educação bancária, onde o educador detém de todo o conhecimento e apenas o armazena nos educandos. E em contrapartida a educação dialógica, onde ambos falam e escutam, no processo de aprendizado.

O diálogo entre as obras de Paulo Freire (Pedagogia do Oprimido, FREIRE, 1987), Henry Lefebvre (Estrutura social: a reprodução das relações sociais, LEFEBVRE, 1977), José Willian Vesentini (Para uma geografia crítica na escola, VESENTINI, 2008), e outros textos fundamentam nossa reflexão, e foram de extrema importância para compreender e suscitar os questionamentos com relação aos conceitos de “educação bancária” e “educação dialógica”.

### **Da educação bancária à educação dialógica: uma construção de indivíduos críticos.**

É essencial entendermos o que significa a escola e o ensino para a sociedade em que vivemos, a sociedade capitalista. Em um breve apanhado histórico discutiremos sobre a instituição da *escola* na sociedade. Surgida após a revolução industrial e fruto das reformas pedagógicas do século XIX, a “escolarização da sociedade” foi um intenso esforço para efetivar a educação do ponto de vista nacional, onde se apresenta uma “necessidade de cuidar da educação” por parte do Estado (nação). Mas o que significa educar? Sabemos que se educa para alguma coisa, que cada sociedade estrutura seu sistema educacional para suprir suas necessidades e interesses da classe dominante, já que em uma sociedade de classes (nosso modelo de sociedade) não existem necessidades coletivas e nem comunidade. Na realidade, o domínio da educação tem uma função muito bem definida no sistema capitalista: o domínio<sup>2</sup> das massas. Dominar o grande contingente de pessoas das cidades do século XIX era extremamente importante para a burguesia, pois dessa maneira se conseguiria assegurar a hegemonia e a reprodução do capital. Ou, nas palavras de Bourdieu e Passeron,

---

<sup>2</sup> Segundo Bourdieu, a dominação não é o efeito direto e simples da ação exercida por um conjunto de agentes sobre outros (dominantes “versus” dominados), mas o efeito indireto de um conjunto complexo de ações que se engendram na estrutura do campo por meio do qual se exerce a dominação frente aos demais (BOURDIEU, 1996). Tal dominação não é evidente, e sim camuflada, a tal ponto que muitas vezes os que a sofrem não a percebem.

Tal sistema [o escolar] contribui de maneira insubstituível para perpetuar a estrutura das relações de classe e ao mesmo tempo para legitimá-la ao dissimular que as hierarquias escolares que ele produz **reproduzem** hierarquias sociais (BORDIEU; PASSERON, 1975, p. 213).

Para além disso, ela contribui de forma direta para a reprodução do capital. Segundo Vesentini (1992), ela [escola] habitua os alunos a um sistema disciplinar necessário ao trabalho na indústria moderna, transformando os indivíduos em máquinas programadas para “realizar tarefas novas sem discutir para que servem, respeitar e nunca desobedecer a hierarquias” (VESENTINI, 1992, p. 10). Segurando ou liberando parte do exército de reserva de tempos em tempos para o mercado de trabalho.

Lefebvre (1977, p. 226), vai além e nos sugere:

O espaço pedagógico é repressivo, mas está "estrutura" tem um significado mais vasto do que a repressão local: o saber imposto, "engolido" pelos alunos, "vomitado" nos exames, corresponde à divisão do trabalho na sociedade burguesa, serve-lhe, portanto, de suporte. Esta análise desenvolveu-se desde a descoberta da Pedagogia ativa (Freinet) até às investigações da crítica institucional que prosseguem nos nossos dias.

O ensino bancário apresenta-se como instrumento máximo desse sistema de opressão. Dialogando a partir de Paulo Freire, podemos observar que quanto mais analisamos as relações educador-educandos, na escola, ou fora dela, temos a confirmação dos fatos explicitados nos parágrafos anteriores, e temos a confirmação do que se tornou “educar” em nossa sociedade: relações fundamentalmente narradoras, dissertadoras. A narração dos conteúdos por parte dos educadores, que tende a petrificar ou matar os valores ou dimensões concretas da realidade e os objetos pacientes, os ouvintes – os educandos. E assim temos a tônica da educação da sociedade contemporânea – narrar, narrar, sempre narrar.

Temos que ressaltar que “falar da realidade como algo parado, estático, compartimentado e bem comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos vem sendo, realmente, a suprema inquietação desta educação” (Freire, 1987, p. 37). Os conteúdos passam a ser retalhos da realidade desconectados da realidade dos educandos, ao invés de se comunicar, o educador faz “comunicados” e transforma os educandos em meros depósitos, que recebem pacientemente, memorizam e repetem os conteúdos. Daí a concepção “bancária” da educação, onde o espaço



de atuação do educando é o de receberem os depósitos, guarda-los e arquivá-los e não de construir junto do educador o próprio conhecimento.

Assim, o educador e o educando tornam-se escravos desse sistema que mantém as posições fixas e invariáveis. A rigidez dessas posições, por sua vez, nega à educação e ao conhecimento o processo de busca e construção entre educador-educando do saber. Na concepção “bancária” que estamos criticando, existem alguns pressupostos básicos que refletem o caráter opressor da sociedade, onde a “cultura do silêncio” é extremamente estimulada. Freire (1987, p. 38), define como pressupostos:

a) o educador é o que educa; os educandos, os que são educados; b) o educador é o que sabe; os educandos, os que não sabem; c) o educador é o que pensa; os educandos, os pensados; d) o educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente; e) o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados; f) o educador é o que opta e prescreve sua opção; os educandos os que seguem a prescrição; g) o educador é o que atua; os educandos, os que têm a ilusão de que atuam, na atuação do educador; h) o educador escolhe o conteúdo programático; os educandos, jamais ouvidos nesta escolha, se acomodam a ele; i) o educador identifica a autoridade do saber com sua autoridade funcional, que opõe antagonicamente à liberdade dos educandos; estes devem adaptar-se às determinações daquele; j) o educador, finalmente, é o sujeito do processo; os educandos, meros objetos.

Para alcançar uma educação problematizadora e liberadora precisamos humanizar o processo de educação, um educador humanista é revolucionário, sua ação busca a identificação, desde logo, com os educandos e busca a humanização para ambas as partes. Da construção do pensar de forma autêntica e não no sentido da doação. Sua ação deve ser baseada na profunda crença que o homem tem poder de criação. Logo, o educando pode criar o saber junto do educador. Nesse sentido, o educador cria o saber com o educando e aprende com ele também, assim a educação não mais estaria a serviço da opressão, mas a serviço da libertação. Portanto, o diálogo é o encontro dos homens, não é no silêncio que se fazem as relações de saber, mas nas palavras, no trabalho e na troca de conhecimento. A educação dialógica apresenta-se como prática de liberdade, frente a educação bancária, que nos oprime.

### **A educação dialógica como processo libertário de ensinar**

Vimos que o estudo, o mérito escolar e o diploma são produtos desse sistema de ensino bancário que foram utilizados para legitimar privilégios que não mais estavam baseados na nobreza, mas sim em uma falsa meritocracia que tinha como falácia educar a todos, mas que, na verdade, hierarquizava o conhecimento e restringia o acesso à educação de níveis elevados

a quem tinha capital. “É evidente que a escola não produz, mas apenas reproduz as desigualdades sociais” (Vesentini, 2008, p.10). Logo, o ensino bancário reproduz as opressões do sistema capitalista nas relações educador-educando causando prejuízos imensuráveis no processo educacional.

A educação dialógica, conforme Paulo Freire, está alicerçada num profundo amor ao mundo e aos homens. Não há dialogo se a relação entre as partes se dá por meio da opressão, somente com a supressão das situações opressoras que será possível restaurar o amor nas relações de saber. Para a formação de cidadãos críticos, e para haver dialogo nas relações educacionais, precisamos ter “uma intensa fé nos homens” (Freire, 1987, p. 52). Fé no poder que a relação educador-educando tem de fazer e desfazer, criar e recriar, fé na vocação que o homem tem de sempre quer saber mais, que isso não é privilégio de alguns poucos eleitos, mas direito de todos os homens. Para o educador crítico, a transformação permanente da realidade do educando e a permanente humanização do homem é primordial para alcançarmos uma sociedade que visa combater a opressão e as desigualdades sociais. Diria Pierre Furter (1966, p. 26-27):

a meta não será mais eliminar os riscos da temporalidade, agarrando-se ao espaço garantido, mas temporalizar o espaço. O universo não se revela a mim no espaço, impondo-me uma presença maciça a que só posso me adaptar, mas com um campo, um domínio, que vai tomando forma na medida de minha ação.

### **A experiência do Coletivo Direito Popular: A educação dialógica como prática de ensino no Pré-vestibular**

O Pré-vestibular Social Dr. Luiz Gama, fundado pelo Coletivo Direito Popular (Coletivo de alunos da Faculdade de Direito da UFF) no dia 11 de agosto de 2018, se apresenta dentro de um projeto político pedagógico decolonial pautado pela educação jurídica popular e inserção de pessoas periféricas na Universidade, através da presença física de pessoas periféricas no curso dentro da universidade e ainda na preparação destas para o ingresso na Universidade através do vestibular. Tem como princípios (I) materialização dos discursos críticos, (II) defender de maneira irrestrita os interesses dos povos periféricos e (III) garantir um olhar e uma prática interseccional.

A proposta pedagógica do curso é pensada a partir da educação jurídica popular. Além de oferecer disciplinas regulares do Ensino Médio e Fundamental, que são cobradas no ENEM, o curso conta com aulas de Direito Popular e com atividades denominadas “círculos de cultura”,

onde os alunos debatem temas de relevância social, sendo protagonistas de toda a discussão. Nas atividades de Direito Popular são ministradas aulas com temáticas do Direito que os educandos e educadores entendam mais próximas de suas realidades. A ideia é que o pré-vestibular seja um espaço de formação e empoderamento para sujeitos de origem periférica em sua formação como cidadãos, que podem inserir na sua realidade a possibilidade de ingresso na universidade e ocupação do ambiente universitário, e também dos discentes, que podem, na prática educacional, crescerem como profissionais e como pessoas.

Os diversos espaços formativos do pré-vestibular contribuíram para que os educadores, em seus diversos campos de atuação, ultrapassassem os muros, simbólicos e físicos, da universidade, e colocassem suas experiências à disposição da educação da periferia. Quanto aos discentes de Direito, estes se integraram às aulas de Direito Popular, aos Círculos de Cultura, e nas aulas das áreas de humanidades, de modo a se formarem como profissionais do campo jurídico abertos à realidade social e à potencialidade transformadora do Direito, em sua concepção crítica. Os discentes dos cursos de licenciatura puderam também ter a experiência de sala de aula, em uma perspectiva interdisciplinar e dialógica, adquirindo experiência como educadores em formação e como pessoas.

O Pré-Vestibular Social Dr. Luiz Gama é constituído como um espaço formativo, tanto para seus educandos quanto para seus extensionistas, que em comunhão constituem uma prática educativa. O projeto possibilita também a superação dos muros da universidade, e notadamente, da Faculdade de Direito, através da prática extensionista, ao permitir que centenas de pessoas de periferia, almejando participarem da prática educativa para o vestibular, adentrassem na Faculdade de Direito, antes para eles um espaço distante, para passarem a ver aquele espaço com um espaço inclusivo e a serviço da comunidade.

Foi estabelecido como referenciais teóricos para o projeto concepções de educação que ajudassem a entender a educação como um espaço real de transformação social, através do protagonismo de educandos e educadores, em conjunto, na prática educativa. Neste sentido, a principal inspiração do projeto é o referencial à pedagogia de Paulo Freire (FREIRE, 1987, 1992, 1996, 2000, 2013; SOUZA, 2015; KOHAN, 2019; STRECK, REDIN; ZITKOSKI, 2017), que propõe que a educação pode ser estabelecida em práticas dialógicas horizontais, que não veem o aluno como um mero “depositário” do conhecimento passado pelo professor, e sim como o principal sujeito da própria educação, considerando a pedagogia como um processo que

envolve educadores e educandos na conscientização crítica das contradições da realidade social e seu engajamento em um processo de mudança e superação destas contradições.

Leva-se em conta aqui, uma própria crítica à atividade de extensão (FREIRE, 2013), em que o essencial na atividade extensionista é o seu entendimento enquanto comunicação, com a utilização dos conhecimentos do educando em pé de igualdade com o conhecimento do educador, de modo que a extensão seja, antes que uma atividade de mera transmissão de conhecimentos, uma troca entre extensionistas e a comunidade.

Esse processo de construção de conhecimento é benéfico e enriquecedor para todos os envolvidas na prática de ensino-aprendizagem. As aulas das disciplinas regulares (português, matemática, física, química, biologia, redação, literatura, sociologia, filosofia, geografia, história, inglês e espanhol) são ministradas segundo a divisão das turmas, conforme o número de alunos matriculados, nas salas das dependências da Faculdade de Direito. Somam-se a elas as aulas de Direito Popular, e os Círculos de Cultura. As aulas de Direito Popular são ministradas pelos discentes do curso de Direito, com auxílio de professores da Faculdade de Direito e professores convidados, especialistas nas temáticas trabalhadas. Elas têm como foco temas jurídicos relevantes para vida das pessoas, como temas ligados ao direito constitucional, direitos humanos, acesso à justiça, violência doméstica, combate ao racismo, direito do trabalho, direito do consumidor, dentre outras temáticas.

O espaço do círculo de cultura é realizado como um espaço formativo, onde os educandos são os principais protagonistas do espaço. São realizados debates com base em temas geradores desenvolvidos por educandos e educadores, que são utilizados como base para a reflexão. A ideia é que sejam abordados temas sociais, ligados principalmente aos direitos humanos e combate a opressões, de modo a construir, entre educadores e educandos, uma troca de vivências e um aprendizado acerca da vida deles em sociedade, no contexto individual onde cada um vive, em diálogo com os outros que compõe o espaço.

Assim, o desenvolvimento desse projeto que é o pré-vestibular no Coletivo Direito Popular Dr. Luiz Gama tem como ponto gerador a educação dialógica, é inconcebível para nos enquanto educadores uma educação que não troque conhecimento e discuta o aprendizado a partir da perspectiva dos educandos, entendemos o ato de ensinar como uma ato de amor e esse ato de amor só é possível a partir do diálogo, como Freire (1987) diz:

Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo. Daí que seja essencialmente tarefa de sujeitos e que não possa verificar-se na relação de dominação. Nesta, o que há é patologia de amor: sadismo em quem domina;



masoquismo nos dominados. Amor, não, Porque é um ato de coragem, nunca de medo, o amor é compromisso com os homens. Onde quer que estejam estes, oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa de sua libertação. Mas, este compromisso, porque é amoroso, é dialógico.

Temos o compromisso de auxiliar no desenvolvimento crítico de todos os atores envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem que são desenvolvidos no espaço de convivência do Coletivo, tendo sempre como premissa que todos são importantes e que a construção do conhecimento se dá somente no diálogo, o ensino “bancário”, horizontal e que apresenta que o saber deve ser passado do educador para o educando como se o indivíduo fosse uma casca vazia, pronta para ser preenchida. E sabemos que a construção do conhecimento não acontece dessa maneira os educandos aprendem no ato do ensinar do educador a partir do seu próprio conhecimento sobre a realidade, o saber encontra-se no diálogo entre os pares e só assim ele acontecerá.

### **Considerações Finais**

Mais do que nunca devemos exaltar a obra Paulo Freire. Enquanto patrono brasileiro da educação, ele conseguiu pensar a educação brasileira a partir do ponto de vista dos oprimidos. A construção social desumaniza o indivíduo e somente a partir de uma educação libertaria poderemos diminuir as opressões e as desigualdades sociais, humanizando-o a partir de uma educação crítica e política.

Ao apresentar o conceito de “educação bancária”, o autor mostra como a formação do sistema escolar é prejudicial e privilegia uma formação de conhecimento hierarquizada onde os educandos são vistos como recipientes vazios a serem encheidos com o saber do educador. E, ao apresentar o conceito de “educação dialógica”, nos mostra que é possível construirmos juntos o saber, que o processo de formação do conhecimento está na interação educador-educando e que todo esse processo está alicerçado no “dialogar”, precisamos dialogar em como a classe dominante hegemoniza o saber, precisamos dialogar que todo homem tem conhecimento e que esse conhecimento não deve ser desprezado no processo de ensino-aprendizagem, precisamos dialogar que o processo educacional se dá em conjunto com todos os indivíduos inseridos no contexto educacional.

O processo de construção de conhecimento entre educador-educando do Pré-vestibular Dr. Luiz Gama vai ao encontro das ideias de “educação dialógica”, pois acreditamos que somente a partir da formação social e política dos cidadãos os educandos e educadores conseguem subverter a situação de oprimidos, e a partir do momento que eles compreendam que a educação é liberadora, ele nunca sonhará em ocupar o papel de opressor. Acreditamos que a educação sozinha não mudará a sociedade, mas se tivermos um grupo de pessoas que eduquem com amor, não precisaremos temer o debate, poderemos analisar a realidade, e buscaremos por discussões criadoras pois estamos buscando uma educação que foge da farsa que nos vendem desde a institucionalização da escola na sociedade. Pensar Paulo Freire é refletir sobre a possibilidade concreta de uma realidade educativa.

#### **Referências:**

BOURDIEU, P. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude; DA SILVA, C. Perdigão Gomes. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** 1975.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

ANÍSIO TEIXEIRA. Enem - Histórico – 2020. Disponível em:< <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/historico>>. Acesso em novembro de 2020.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Política e Educação. São Paulo: Cortês, 2000.

FURTER, Pierre. *Educação e Vida*. Petrópolis: Vozes, 1966.

KOHAN, Walter. Paulo Freire, mais do que nunca: uma biografia filosófica. Belo Horizonte: vestígio, 2019.

LEFEBVRE, Henri. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. *Sociologia e sociedade*, Rio de Janeiro: v. 13, p. 219-254, 1977.

OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. 6 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

SOUZA, Ana Inês. Paulo Freire: vida e obra. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (org.). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

VESENTINI, Jose William. **Para uma geografia crítica na escola**. VESENTINI, JW, 1992.